

BOBBIO, Norberto

**Mutamento político e revolução:
lezioni di filosofia politica**

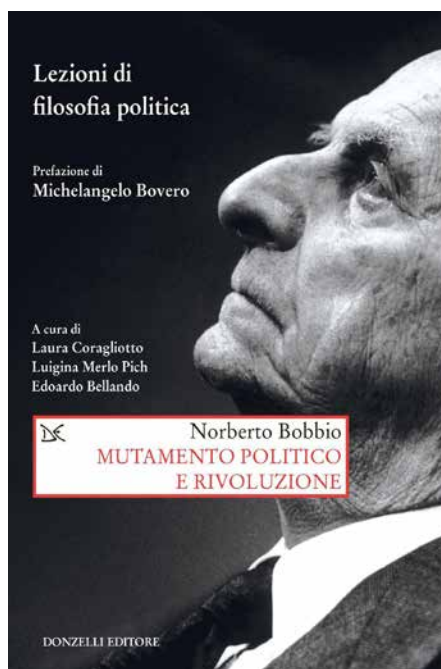
Prefácio de Michelangelo Bovero

Editora: Donzelli (Roma)

Formato: 15,5 x 21,6 cm

1ª edição, 2021

592 páginas



Bobbio sobre mudança política e revolução: história e teoria

Bobbio on political change and revolution: history and theory

Edoardo Bellando*

► <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2022.164.015>

A obra, que contém a transcrição do último curso ministrado pelo destacado filósofo político italiano Norberto Bobbio sobre *mudança política e revolução*, fornece uma história e uma conceituação da noção de revolução. O curso, ministrado na Universidade de Torino durante o ano acadêmico de 1978-1979, tem duas partes: um exame histórico de diversos autores, de Platão e Aristóteles a Herbert Marcuse e Karl Popper; e o esboço teórico de uma teoria geral da revolução. Muitas vezes, as opiniões de Michelangelo Bovero, assistente de Bobbio e seu sucessor da Universidade de Turim, também se refletem nas aulas.

Como Bovero observa em seu prefácio ao livro, as palestras percorrem toda a história da cultura ocidental, reconstruindo os modelos por meio dos quais as várias formas de mudança política foram conceituadas, comparadas e julgadas. Temas recorrentes no pensamento político são analisados, incluindo as mudanças políticas, suas causas objetivas e razões subjetivas; as divergentes reivindicações de justiça; a forma-

Foi só com o advento da Revolução Francesa — que permanece a revolução paradigmática — que os pensadores olharam para trás e consideraram dois eventos passados, a Guerra Civil Inglesa de 1642-1651 (a “Grande Rebelião”), que levou ao governo de Oliver Cromwell, e a Revolução Gloriosa de 1688. As revoluções Russa (1917) e Chinesa (1949) foram outros casos, e alguns pensadores como Giuseppe Ferrari e Crane Brinton buscaram, de forma não convincente, encontrar padrões gerais e recorrentes nesses eventos

ção de facções opostas; o conflito civil, e o advento de líderes carismáticos e demagogos. Continuidades e discontinuidades são identificadas, juntamente com um ponto de inflexão fundamental: o surgimento da revolução como nova forma de mudança política na Era Moderna. Bobbio analisa, então, as tentativas de compreensão do novo fenômeno e as transformações que ele induziu na forma como a história é concebida. Finalmente, constrói uma teoria da revolução usando o método analítico: a arte de fazer distinções conceituais e criar dicotomias, culminando na definição da dicotomia decisiva, aquela entre revolução e reforma — esta, a outra grande categoria política moderna, segundo Bobbio.

Enquanto *mudança política* foi o conceito principal em Platão, Aristóteles, Políbio e outros clássicos, *revolução* é o conceito que melhor caracteriza a Era Moderna. De acordo com Bovero, o termo *revolução*, no sentido moderno de “mudança relevante e repentina na ordem política e social”, aparentemente surge pela primeira vez em *Oração fúnebre para Henriette-Marie da França* (1699), de Jacques-Bénigne Bossuet. No entanto, ao falar das “revoluções fatídicas das monarquias”, Bossuet refere-se estritamente às lutas pela sucessão ao trono. É Rousseau quem define a revolução como mudança política radical. Dirigindo-se a seus críticos no livro III de *Emílio*, Rousseau afirma: “Confiais na atual ordem da sociedade sem pensar que essa ordem está sujeita a revoluções inevitáveis e que é impossível prever ou prevenir o que pode caber a vossos filhos. O grande torna-se pequeno, o rico torna-se pobre, o monarca torna-se súdito.”

A primeira grande análise da ideia de mudança política é feita por Aristóteles no livro V de *Política*. A análise terá uma influência imensa, e seus efeitos ainda

serão sentidos em Montesquieu. Mas o mundo antigo privilegiava a estabilidade, diz Bobbio, e a mudança política costumava ser associada à desintegração e à corrupção. Somente com a Revolução Gloriosa na Inglaterra, em 1688 (que, para Bobbio, não foi nenhuma revolução), e com a Revolução Francesa o conceito começou a ter uma conotação positiva.

Bobbio fornece as categorias, os recursos mentais, destilados da cultura ocidental, para conceituar o problema da revolução, dedicando a última parte do curso a uma verdadeira “teoria da revolução”.

Como Bovero observa em seu prefácio, a característica saliente do método de Bobbio é o “uso teórico” da história do pensamento: ele esclarece de forma analítica os conceitos elaborados por escritores políticos; reconstrói sistemas de conceitos por meio de modelos teóricos; identifica o surgimento de questões fundamentais destinadas a se tornar temas recorrentes; distingue as maneiras pelas quais tais temas foram formulados; e mede sua validade, resistência e capacidade de se repetir em outras formas, outras ocasiões e outras circunstâncias. Para entender esse mundo conceitual, diz ele, é fundamental aprender a “lição dos clássicos”.

O curso é uma lição de raciocínio: o exame, à maneira aristotélica, das atuais definições do conceito de revolução, formuladas por estudiosos de diferentes orientações, e a comparação entre elas; a identificação dos elementos essenciais de um conceito — seus aspectos identificadores —, sempre presentes conjuntamente, mas que devem ser analiticamente separados; as dimensões da revolução como movimento e como mudança; o reconhecimento do campo de conceitos relacionados, diferentes e opostos, explorados e reconstruídos mediante a “arte da distinção”, da qual Bobbio é um mestre reconhecido; a busca de contraditórios e opostos e a construção de dicotomias, procedendo-se por antítese; o foco na dicotomia final e decisiva — aquela entre revolução e reforma; o retorno ao mundo dos fenômenos, com a tipologia e anatomia dos processos revolucionários e reformistas, e, por fim, a atribuição de um juízo de valor sobre “reforma *versus* revolução”, preocupação recorrente de Bobbio, como filósofo militante e escritor politicamente engajado.

O último grande pensador da revolução é Karl Marx, diz Bobbio. Na visão dele, depois de Marx a teoria da revolução não fez muito progresso. Nas discussões que ocorreram no campo do marxismo, depois de revisitar as obras dos grandes líderes revolucionários — Lênin, Trótski, Stálin, Mao etc. —, mais do que o desenvolvimento da teoria da revolução, o tema subjacente seria o da estratégia revolucionária.

As teorias da revolução ainda estão subdesenvolvidas, diz Bobbio, porque há muito poucos exemplos de revolução a partir dos quais extrapolar e descobrir leis gerais. Foi só com o advento da Revolução Francesa — que permanece a revolução paradigmática — que os pensadores olharam para trás e consideraram dois eventos passados, a Guerra Civil Inglesa de 1642-1651 (a “Grande Rebelião”), que levou ao governo de Oliver Cromwell, e a Revolução Gloriosa de 1688. As revoluções Russa (1917) e Chinesa (1949) foram outros casos, e alguns pensadores como Giuseppe Ferrari e

Crane Brinton buscaram, de forma não convincente, encontrar padrões gerais e recorrentes nesses eventos.

Uma teoria da revolução, diz Bobbio, requer a análise de sete temas principais: 1) método e abordagem: como se deve estudar a revolução — do ponto de vista histórico, sociológico, econômico ou jurídico?; 2) conceito: definição, características; 3) comparação de conceitos semelhantes, diferentes e opostos: golpe de Estado, guerra civil; 4) tipologia: revolução nacional, revolução de classe, revolução ativa e passiva; 5) etiologia: quais são as causas da revolução, e elas podem ser abordadas?; 6) anatomia: todas as revoluções passam por fases determinadas?; 7) axiologia ou julgamento de valor: as revoluções são boas ou más, são necessárias e benéficas ou desnecessárias e prejudiciais?

Em relação aos juízos de valor, Bobbio sustenta que existem dois critérios fundamentais: pode-se julgar com base em princípios ou com base nas consequências. Qualquer ação pode ser julgada com base em princípios que existem antes da própria ação: “Não matará!” fornece um princípio, e pode-se julgar uma ação conforme corresponda ou não a ele; ou se pode julgar a ação com base nos resultados, ou seja: uma ação é boa ou má, independentemente de qualquer princípio, quando se obtêm determinados resultados considerados bons. São dois julgamentos completamente diferentes, que quase sempre não coincidem. Esse é o drama e a contradição de nossa vida moral e política.

Os dois significados distintos de revolução devem ser mantidos separados, diz Bobbio: a revolução como causa, como movimento que produz certos efeitos, e a revolução como efeito, isto é, como mudança produzida por esse movimento. Essa distinção é crucial porque pode muito bem haver uma revolução como causa que não dá origem a uma revolução como efeito. Por exemplo, as revoluções de 1848 envolveram movimentos revolucionários que não produziram efeitos significativos, enquanto a Revolução Industrial foi uma grande transformação que não teve uma revolução como causa. Uma boa definição de revolução deve levar em conta os dois aspectos, segundo Bobbio. A revolução como causa pertence ao gênero movimento, e a revolução como efeito pertence ao gênero mudança. Pode-se dizer, portanto, que a revolução como causa é um movimento violento, que resulta em uma mudança radical.

Uma das características fortes das aulas é o esforço constante para estreitar o escopo do conceito de revolução, distinguindo-o claramente de fenômenos como rebeliões e levantes. Da mesma forma, o livro alerta contra o uso do termo em um sentido amplo, como em *Revolução Industrial*, *revolução científica*, *revolução artística*, *revolução da moda* e *revolução do gosto*. O livro termina com Bobbio fornecendo sua opinião fundamentada sobre a crucial alternativa entre reforma e revolução. No entanto, não queremos estragar a surpresa do final da obra.

* PhD (doutor em Filosofia) pela Stony Brook University (estado de Nova York, EUA).

► Texto recebido em 21 de outubro de 2021; aprovado em 23 janeiro de 2022.